

REDOBRA

*Fabiana Dultra Britto,  
Paola Berenstein Jacques e  
Washington Drummond*



MARIA STELLA BRESCIANI

*Historiadora, professora emérita da  
Universidade Estadual de Campinas, coordenadora  
do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre as  
Cidades (Unicamp) e pesquisadora CNPq*



13

**Como historiadora, do campo da história social, como foi a sua “entrada” nos estudos sobre as cidades em suas pesquisas?**

Pergunta complexa. Nada fácil fazer este retrospecto. Implica em voltar à pesquisa de doutorado, na qual o centro da análise eram os textos administrativos e políticos da província, depois estado de São Paulo entre os anos 1860 e 1910, para neles surpreender os debates em torno da imigração/escravidão e das propostas/efetivação da implantação das instituições da república no Brasil, processo que envolveu de modo eficaz fazendeiros e propagandistas políticos paulistas. Analisar os textos foi um desafio para o qual fui buscar apoio entre os linguistas e a análise do discurso, ponto alto do debate entre eles e com grande repercussão em outras disciplinas nesses anos 1970. Os procedimentos dessa análise me proporcionaram um método de aproximação aos textos no qual a relação entre o autor e o receptor desloca-se da teoria da comunicação para a análise do discurso, e exigia conhecer o campo conceitual que torna a “mensagem” inteligível ao receptor/público que a recebe. A análise dos relatórios de governantes de São Paulo e textos políticos, principalmente jornais e panfletos, permitiu questionar muitos dos lu-

gares comuns persistentemente repetidos pela historiografia. Dentre os lugares comuns, cito como exemplo a resistência escravagista dos cafeicultores paulistas bastante presente na historiografia sobre o período. Entretanto, ao dar especial atenção ao uso interessado da linguagem, pude apreender o agenciamento de ideias/ações fundadas no campo conceitual do pensamento liberal e que ao trazerem imigrantes, considerados mão de obra já formada (domesticada) os fazendeiros buscaram utilizá-los como exemplo e “propaganda” com vistas a convencer seus pares da dupla rentabilidade dos trabalhadores livres: o melhor desempenho e custos menores, pois não eram, como os escravos, sustentados desde o nascimento, na doença e na velhice.

Ao estudar os fundamentos do pensamento liberal, tornou-se fundamental questionar a afirmação corrente na produção bibliográfica de várias disciplinas de que no Brasil se vivia o estágio do pré-capitalismo ou de que as ideias liberais se encontravam fora do lugar por termos aqui trabalho escravo. De grande valia foi a leitura do *Segundo tratado do governo* (1690) de autoria do pensador inglês John Locke, um dos mais importantes teóricos do liberalismo. Para ele, a sociedade civil se formava por iniciativa de homens livres, e pressupunha a escravidão em certas condições. Foi esta a concepção de sociedade civil que fundamentou a instauração da “democracia norte-americana”, inscrita por Thomas Jefferson na Constituição dos Estados Unidos, ele mesmo proprietário de escravos, assim como outros pais fundadores. O apoio teórico e compartilhamento de reflexões da parte de Maria Sylvia de Carvalho Franco foi base imprescindível para a produção da tese de doutorado. Foi ela quem ousou se contrapor à “teoria das ideias fora do lugar” considerada naqueles anos (e não só naqueles anos) ponto de partida para os trabalhos de pesquisa que tratassem de todo e qualquer aspecto da sociedade brasileira. Recomendo a entrevista concedida em 1981 por esta autora à revista *Trans/Form/Ação*.<sup>1</sup>

Assim, minha incursão pela história da sociedade teve sempre o apoio do pensamento político, e se mantém como base conceitual nos meus estudos sobre as cidades, acrescido de fundamentais reflexões de Foucault sobre a não cisão entre teoria e ação/prática: falar e escrever são teoria em ação ou prática, bem como o processo de formação e “funcionamento” da sociedade disciplinar, já presente em *O Capital* de Karl Marx, o que pode parecer um contrassenso, mas não o é. Retomo em seguida esse deslizamento ou o vai e vem entre o social, o político e o urbano.

**Sua opção, nos parece, foi sempre buscar aproximar a história das cidades dos estudos do que os historiadores chamam de história social. Caso estejamos certos, por que lhe parece pertinente esta opção?**

Ao ver o tamanho da resposta à primeira pergunta, penso que talvez vocês tenham aberto uma caixa de Pandora! Vamos à segunda e à entrada pelas cidades. Vocês têm razão se pensarmos que os personagens em foco em Londres e Paris foram os trabalhadores e o ambiente no qual viviam. Afinal, Edward P. Thompson, ainda em inglês, e vários de seus colegas da história social, se tornaram leitura obrigatória e de extrema importância nos anos 1970, ao nos trazerem um marxismo de carne e osso e menos estrutural do que o de Althusser. De qualquer forma, a preocupação relativa aos homens pobres (*poor men*, na Inglaterra) e às classes trabalhadoras/perigosas (*classes laborieuses/dangereuses*, na França) se encontrava no centro dos principais debates, inclusive políticos (sindicatos, direitos a voz, ou seja, a representação política) no decorrer de todo o século XIX. Talvez a opção tivesse também um fundamento militante, por que negar?

Foi, entretanto, essa a porta de entrada nas cidades, depois de passar um tempo nos estudos da organização do processo de trabalho fabril, dos sindicatos e partidos políticos. Compatibilizava, assim, minha paixão pelas cidades, a de São Paulo, meus estudos e pesquisas, embora os temas de fundo político sempre estivessem presentes. Deslizar da área da pesquisa sobre historiografia e projetos políticos nos anos 1920-1940 (*O charme da ciência e a sedução da subjetividade. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. UNESP, 2005) e as percepções das cidades e seus desdobramentos em políticas urbanas, permitiu completar a junção entre política e cidades; de modo a inscrever os projetos e as intervenções urbanas tanto em seu tempo histórico, como nas específicas matrizes político-filosóficas e nas tramas dos jogos da política partidária-administrativa. Significou substancial contribuição para as aulas na graduação e na pós-graduação. A colaboração das pesquisas dos alunos, fiéis companheiros de interesse e entusiasmo, em muito ampliou o espectro de temas e vertentes das formas de representar e intervir nas cidades.

Nos anos 1980, a experiência de escolha e organização dos artigos de Michelle Perrot para compor a coletânea *Os excluídos da história. Operários, mulheres, prisioneiros* (Paz e Terra, 1988) e a leitura do precioso texto de Walter Benjamin “Alguns temas em Baudelaire” se mostraram cruciais para me lançar nas cidades pelo “olhar político”, mesclado, porém, pela leitura sensível do uso pelas pessoas dos espaços de uso público, das memórias involuntária e voluntária, da experiência dos “choques” inerente ao estar em cidades. A entrada pela filosofia política sugerida por Françoise Choay em *Urbanismo, utopias e realidades* (Seuil, 1965) surgiu como o abre-te-sésamo para o “olhar” da historiadora penetrar, nos meandros da materialidade edificada das cidades. O viés político das críticas e propostas articuladas pelos contemporâneos à forma da cidade industrial e às intervenções no tecido urbano conferiu conteúdo aos embates entre posi-

ções diferenciadas no decorrer dos séculos XIX e XX. A esses autores como o artigo “As maquinarias inglesas do conforto” (*Recherches*, 1977, *Espaço & Debates*, 1991) do filósofo François Beguin. Ao introduzir as vagas epidêmicas como elemento deslanchador das preocupações com o meio ambiente e a formulação da “questão urbana”, o autor tornou mais complexa a tradicional relação entre a industrialização somada ao crescimento demográfico e as intervenções em diversas cidades europeias.

Seu texto explicita a importância da correlação medicina-engenharia na base do processo de formação do pensamento urbanístico, bem como a primazia da Inglaterra na implantação da infraestrutura urbana em contraste com os trabalhos de Haussmann em Paris, cuja preocupação com os equipamentos permaneceram velados pela magnificência das edificações e perspectivas barrocas, fundamentos da concepção de “embelezamento”. Texto essencial por sugerir a complexidade da rede de “saberes” constitutivos do urbanismo, já que aos médicos e aos engenheiros uniram-se os juristas, os filantropos e seus preceitos morais, os membros das igrejas, os literatos, os jornalistas. Enfim, trata-se de um conjunto difícil, aliás, impossível de ser separado em suas formulações. Deu ao urbanismo o caráter transdisciplinar que o caracteriza.

16

**Seu trabalho sobre Londres e Paris no século XIX foi importantíssimo para todos nós, historiadores ou não, que trabalhamos com a história das cidades e do urbanismo, e este parece se desdobrar em duas vias distintas, os textos político literários e a questão social, que se aproximam do que seria uma história escrita do ponto de vista dos “vencidos”. Podemos dizer que os “vencidos” nas cidades são os mesmos “vencidos” dos estudos históricos?**

Os textos políticos e literários constituem peças essenciais para se chegar às condições de vida dos trabalhadores e me surpreendeu a estreita inter-relação por eles mantida presente em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de Engels, publicado em 1845. Embora não sejam numerosas as referências a literatos (ex. Byron, Thomas Hood), o autor se apoia em uma gama enorme de textos estatísticos, relatórios médicos, pareceres de juristas, artigos de jornal, palavras de operários, e também em autores próximos da narrativa literária romântica, tal como Thomas Carlyle, ou de narrativas de projeções “utópicas”, como Richard Owen. Esta pluralidade de referências documentais não hierarquizadas por Engels me permitiu compreender a complexidade da formação da “questão social” na Inglaterra, procedimento extensivo a autores franceses, para ficarmos somente nesses dois países. Lembro ser oportuno acrescentar à Espanha, já que as pesquisas sociais de Ildefonso Cerdà precederam a redação da *Teoria geral da urbanização* (1867). Consistiram em leituras essenciais para apreender, por ve-

zes em detalhes, o modo pelo qual as construções arquitetônicas e o traçado urbanístico constitui forte manipulação, fundamentada em objetivos explícitos e implícitos, do meio ambiente urbano e de seus habitantes.

Entretanto, não se trata da história *upside down*. Na trilha de Engels e outros historiadores seguiu o procedimento de apreender a percepção dos “homens letrados” sobre a situação dos *poor* ou *working men/classes laborieuses-classes dangereuses*, a ameaça potencial de sua presença coletiva nos lugares de trabalho e nas ruas das cidades capitais e industriais, desde os quebradores de máquinas na Inglaterra dos inícios da industrialização e a politização das necessidades dos *sans-culottes* pelos jacobinos em 1789. A meu ver, constitui uma aproximação necessária para estabelecer um possível diálogo com os militantes sindicais e políticos do século XIX. Afinal, eles navegam no mesmo campo conceitual, ainda que de pontos de vista diferentes. Thompson mostra como os trabalhadores se apropriam a seu favor de saberes (noções sobre direitos civis e políticos) e instrumentos (os relógios permitiram o controle das horas de trabalho também pelos operários). Por isso, não consideraria os operários vencidos, mas sim excluídos da historiografia por muito tempo, o que é diferente de afirmar serem excluídos da história – eles lá estavam e muito ativos durante todo o século XIX. Michelle Perrot retirou o pesado véu negro caído sobre a classe operária e mostrou como as greves e manifestações públicas dos operários eram vivenciadas com festa. Já no século XIX os operários franceses iam beber do lado de fora das portas da muralha alfandegária por ser mais barato; por lá faziam seus bailes domingueiros festejados e transformados em obras de arte pelos olhares e mãos dos impressionistas... Aliás, sobre isso teríamos muito a conversar.

17

**Como teve contato com as pesquisas de Walter Benjamin sobre Paris no século XIX e qual foi (ou continua sendo) a importância deste pensador para o seu próprio trabalho?**

Walter Benjamin foi uma feliz “descoberta” partilhada com colegas, Edgar de Decca e Ítalo Tronca, e com pós-graduandos no decorrer das primeiras incursões nas cidades em 1980-1981. Com Benjamin também vieram Hannah Arendt e suas importantes reflexões em *A condição humana* (Forense, 1981) e *Sobre a revolução* (Revista de Occidente, 1967), para ficarmos nos primeiros que li.

De Benjamin, “Sobre alguns temas em Baudelaire”, como já mencionei, revelou-se fundamental para uma aproximação sensível à memória, aos estímulos dos choques nas cidades e, para a imprescindível passagem pelos literatos para compreendermos o século XIX. “Paris, capital do século XIX”, “Paris do Segundo Império”, “O Flâneur”, “A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica”, “Sobre o conceito da história” deram sequência ao aprendizado de leituras

políticas sensíveis, apoiadas em grande parte na dimensão romântica da teoria marxista. Benjamin, companheiro de leituras para sempre.

**Qual a especificidade do uso dos textos literários como fonte para a história das cidades? Como poderíamos relacionar narrativas literárias e narrativas históricas?**

Aqui além de Walter Benjamin, há Raymond Williams. Seus livros *Culture & Society. 1780-1950* (Harper & Row, 1958) e *Campo e cidade na história e na literatura* (Cia das Letras, 1989; Chatto & Windus, 1973) foram e são fundamentais. A aproximação mais sistemática com Thomas Carlyle e Edmund Burke, logo, a dimensão romântica da crítica ao liberalismo, foi obtida na leitura *Culture & Society*. Os percursos de Williams pelas *Industrial Novels* são instrutivos, além de saborosos. O mesmo pode ser dito de *O campo e a cidade*, texto no qual estabelece íntima conexão entre sua vivência familiar infantil e juvenil em uma aldeia das Blacks Montains seguida da experiência nos meandros da vida acadêmica que lhe permitiu estabelecer conexões a produção bibliográfica de celebração bucólica entre nostálgica e interessada, recurso ao pitoresco para consumo estético da “sociedade elegante”.

18

Não é fácil conciliar as duas narrativas: historiográfica e literária. Enquanto a escrita historiográfica nos mantém em confortável distância dos personagens e suas vidas, a escrita literária nos seduz, nos faz *voyeurs*. Ela é permissiva ao nos convidar, e até empurrar para a vida dos personagens, seus bons e maus momentos, suas dúvidas, os maus caminhos que tomam; enfim, nos envolve na rede de intrigas presente na boa literatura. A literatura é fonte, documento para o historiador que não deve nunca esquecer ser ela estruturada em padrões de escrita pautados pela verossimilhança (Germaine de Staël. *Essais sur les fictions*, 1795). Mesmo quando se diz “realista”, como o fazem Dickens, Balzac, Zola, seus textos nos proporcionam percepções, representações, imaginários de seu tempo, imersos que estão em sua própria temporalidade. Entretanto, os textos literários fornecem insights e por vezes longas descrições da percepção do autor sobre o ambiente construído, ruas e praças, monumentos; enfim, sobre o mobiliário urbano e a parte interna das moradias com a distribuição de cômodos, moveis e sua disposição. Nos introduzem à percepção das subjetividades e dos corpos em espaços diferenciados, o a vontade em ambientes internos e a apropriação de ruas, praças, jardins. Minha opinião: não é possível conhecer o século XIX, arriscaria incluir o XX, sem os textos literários. Literatura e história – fronteiras instáveis que desafiam o historiador a ter presente esta instabilidade, num jogo de aproximações e afastamentos. Um desafio difícil, porém indispensável, além de profundamente sedutor.

**No texto “Permanência e ruptura no estudo das cidades”, publicado a partir de sua fala no 1º Seminário de História Urbana (atual Seminário da História da Cidade e do Urbanismo – SHCU, que terá sua décima terceira edição este ano) que ocorreu em Salvador em 1990, são apresentadas cinco portas de entrada para o estudo histórico das cidades. No final do texto surgem duas novas que não são desenvolvidas naquele texto. Seria possível desenvolver melhor essas duas portas (cultura popular, territorialidade/subjetividade)?**

Uma primeira observação relativa ao entreabrir as portas de entrada conceitual nas cidades se relaciona estreitamente à experiência de formar, nos anos 1980, com o apoio de colegas, as Linhas de pesquisa Cultura e Cidades e Jogos da Política no programa de pós-graduação em história da Unicamp, de participar do Seminário de História da Cidade e do Urbanismo (SHCU) no início dos 1990, a convite de Ana Fernandes da UFBA e fundar com colegas de história, geografia e antropologia o Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade (CIEC) e, logo em seguida, por iniciativa de alunos pós-graduados, a URBANA. Este conjunto de atividades coletivas resultou em enorme estímulo ao debate interdisciplinar. Porém, participar do SHCU em Salvador, instigada a pensar em permanências e rupturas no estudo das cidades, significou a ousadia de falar de cidades para arquitetos do ponto de vista da historiadora e ter a possibilidade de verificar aproximações, afinidades e distanciamentos entre nossas disciplinas. Deu ensejo ao início de uma convivência já longa e muito proveitosa, ao menos para meu trabalho e de vários alunos que se aproximaram da arquitetura e do urbano. Cito, correndo o risco de me fiar só na memória, Marisa Carpintéro, Maria Alice Rosa Ribeiro, Josianne Cerasoli, Robert Pechman, Myriam Bahia Lopes, Simone Lessa, Gervásio Aranha, Viviane Ceballos, Amílcar Torrão, Giovana Mastromauro, Jhoyce Timóteo, Cynthia Veiga, Carlos Oliveira, Luciana Correa, Rafaela Martins, Clecia Gomes, Thainã Cardinalli, alguns deles formados em Arquitetura e Urbanismo, Abílio Guerra, Tércia Pilomia, Júnia Caldeira, Adriana Vaz, além de arquitetos em disciplinas de pós-graduação, José Lira, Telma Correia. A interdisciplinaridade constatada na formação do pensamento urbanístico, do urbanismo como disciplina, alimentou esse diálogo com outras áreas, com o qual muito aprendi e, espero, ter passado algo aos colegas arquitetos. Certamente essas incursões proporcionaram o convite para participar da estruturação do curso de Arquitetura e Urbanismo na Unicamp junto com dois arquitetos – Marco do Valle e Doris Catharine Cornelie Knatz Kowaltowski. Montar com eles o curso já foi uma experiência instrutiva e interessante. Dar aulas para a meninada nos primeiros anos do curso e levá-los para conhecer a área central da cidade de São Paulo, na companhia da arquiteta Ana Villanueva, consolidou esse elo com a área de urbanismo.

Longas reuniões anteriores e posteriores à formulação do projeto temático (FAPESP, 2006-2011) “Saberes eruditos e técnicos na configuração e reconfiguração do espaço urbano. São Paulo séculos XIX e XX” consolidaram a interdisciplinaridade perante o desafio coletivo de definir teoricamente a direção e procedimentos de trabalho, ou seja, enfrentar a pesquisa com colegas das áreas de história, arquitetura, antropologia e sociologia em diferentes instituições (PUCCampinas – Ivone Salgado, Cristina Schicchi, FAAC-Unesp-campus Bauru – Adalberto Retto, Norma Constantino, Marta Enokibara, Célio Losnak, Escola de Arquitetura de Veneza – Donatella Calabi e Guido Zucconi, Escola de Belas Artes de São Paulo – Verônica Salles, UFU – Josianne Cerasoli, UnB – Rodrigo Faria, além de Silvana Rubino, Cristina Menguello e Marisa Carpintéro da Unicamp).

20

A segunda observação remete para uma reflexão iniciada ao me aproximar das intervenções nas cidades do século XIX conjugadas a demolição de muralhas em algumas delas, pela inutilidade frente as armas de guerra modernas e à constatação de “o inimigo” (a classe operária, os pobres em geral) estão dentro da cidade. Um processo que ocorre simultaneamente à formação de campos conceituais para o controle da população urbana. Torna-se possível “vigiar” a população por meio das regras de comportamento para as quais as intervenções no tecido urbano – abertura de novas ruas, avenidas e praças, melhorias em parte das já existentes, o padrão construtivo para as habitações operárias, a implantação dos equipamentos para tornarem viáveis os sistemas de distribuição de água, gás, eletricidade e coleta de esgoto – atuam como dispositivos disciplinares eficazes. A parte técnica efetivamente se compõe de equipamentos, porém as diretrizes empregadas como pressupostos de seus projetos têm suas bases na questão social e na dimensão política da reconfiguração das identidades dos cidadãos, considerados os sujeitos da história. Georg Simmel sugere explicitamente essa sensibilidade exacerbada e, passo seguinte embotada, ou seja, os sentidos aguçados pela vida urbana passavam necessariamente por processo de reelaboração racional como vivência, na concepção de Benjamin. Ao definir uma 6ª porta como “cultura popular”, a intenção visava indicar os procedimentos pelos quais a elite letrada da população assim designava as atividades de lazer desenvolvidas pelos operários e pobres em geral, em ambientes exteriores ao do trabalho.

Depoimentos e entrevistas, bem como a observação sensorial das festas e demais formas de lazer do trabalhador foram organizadas e catalogadas, definidos os lugares passíveis de serem utilizados para essas finalidades e até as ações repressivas quando consideradas perigosas ao “bem estar público”. Essas definições reforçam a formação de guetos, de territórios diversos, bairros operários, bairros industriais, bairros nobres, etc., e mais modernamente, bairros étnicos.



Na verdade, as portas seis e sete não esperaram vinte e quatro anos. Foram abertas logo após “Permanência e ruptura nos estudos das cidades” (*Cidade & História*, UFBA, 1990) em “As sete portas da cidade”, em mesa redonda na FAU-USP, texto publicado em *Espaço & Debates* em 1991, o mesmo número 34 do qual constam textos preciosos, dentre os quais o já mencionado de François Béguin.

**Poderia nos contar um pouco também sobre sua participação na grande aventura das palavras da cidade (*Les mots de la ville*) coordenada pelo Christian Topalov? Como essa grande rede de pesquisa internacional contribuiu para a historiografia das cidades e do urbanismo?**

Vamos ao thesaurus de palavras das cidades publicado na França com o título *L'aventure des mots de la ville* (Robert Laffont, 2010). Sua elaboração sob a firme direção de Christian Topalov e equipe implicou em cerca de dez anos de trabalho, entre composição do corpo de autores, definição das palavras, pesquisa e composição dos verbetes. Como todos os trabalhos coletivos, resultou nada fácil. Houve momentos complicados em que refizemos verbetes mais de uma vez a fim de que se adequassem ao padrão definido pela equipe de coordenadores, mas o resultado superou em muito as dificuldades enfrentadas. Deverá sair proximamente a edição brasileira (Romano Guerra) composta pelos verbetes em espanhol e português, com autores espanhóis, portugueses, brasileiros e de vários países da América de fala espanhola. Minha expectativa, como coordenadora com Christian Topalov, Hélène Rivière D'Arc e Laurent Coudroy de Lille, com a preciosa ajuda de Alicia Novick, é a de que aproxime os pesquisadores de vários países e proporcione um diálogo consistente. Afinal, reverter os verbetes para a língua original exigiu novamente um trabalho coletivo bastante complexo.

21

**Podemos dizer que também no domínio da historiografia os estudos urbanos são fundamentalmente interdisciplinares? Identifica alguma diferença metodológica entre os trabalhos de história urbana empreendidos por pesquisadores oriundos de campos distintos: historiadores, arquitetos, urbanistas, antropólogos e/ou sociólogos?**

Creio que devemos unir essas duas questões ao tema mencionado, das relações entre questão urbana, antropologia, subjetividade e corporalidade, por estarem intimamente vinculadas.

A meu ver, os estudos urbanos deveriam ser sempre interdisciplinares, entretanto, depende da orientação dada pelo pesquisador ao seu trabalho. Na disciplina história, posições diferentes se dispõem como possibilidades ao historiador interessado em pesquisar dimensões da vida urbana. A maioria dos trabalhos de

que tenho conhecimento pressupõe a cidade como cenário da vida de seus habitantes, movimentos sociais, transações mercantis, produção industrial, oferta de serviços e campo de atuação da administração pública municipal e estadual (Marisa Carpintéro e Josianne Cerasoli. *A cidade como história. História: Questões & Debates*, EUFPR, 2009). Pouco se voltam para a materialidade edificada e seus edificadores, para os que interveem e a partir de qual campo conceitual definem projetos, leis, diretrizes da ordenação urbana.

Há evidentes e salutares diferenças entre as “entradas” conceituais das várias disciplinas. Cada disciplina ou campo disciplinar tem seus começos e trajetórias bem demarcadas, até por que se formaram a partir de indagações, problemas e circunstâncias diferentes; logo suas respostas a elas trazem diferentes dimensões da vida urbana. Seria muito longo detalhar os começos plurais desses campos intelectuais, os embates internos entre diferentes posições teóricas e entre os vários campos e suas especificidades. É necessário deixar claro que, embora a arquitetura e, em particular, o urbanismo configurem campos conceituais transdisciplinares, as várias disciplinas deles constitutivas mantêm seus próprios campos conceituais e procedimentos de método de análise o que torna a interdisciplinaridade desejável, se não obrigatória, para a apreensão de suas várias e complexas dimensões. A meu ver, o historiador colabora para entreabrir esta particular caixa de Pandora de duas áreas de enorme riqueza, o tempo da história e a variedade e as implicações político-sociais em seus resultados.

22

A configuração pluridisciplinar constitui riqueza ainda apenas entreaberta, deve ser mantida e os pesquisadores fortemente estimulados a trabalhar em equipes multidisciplinares. A característica transdisciplinar do urbanismo – nas dimensões arquitetônica e urbanística – nos coloca este imenso desafio.

**Parece existir um risco de formalismo presente em alguns trabalhos sobre história urbana e, em particular, sobre a história do urbanismo e da forma urbana. Como evitar esse formalismo que parece diluir as questões sociais e, também, políticas, da questão urbana?**

Sem dúvida, há um forte formalismo em muitos trabalhos e, a meu ver, esse aspecto formal, quase uma cristalização das configurações urbanas e arquitetônicas, obedece aos procedimentos de método utilizados. O recurso a modelos explicativos é uma das maiores camisas de força por antecipar uma resposta já na colocação do problema. Os modelos são interessantes se considerados resultados de pesquisas anteriores e nos indagarmos sobre sua elaboração e, em especial, o que moveu o interesse do autor pela questão e que conceitos tinha a sua disposição e às quais recorreu para seu trabalho de análise. O recurso rígido a modelos pode resultar em metáforas explicativas de forte teor imagético, tais

como: ideias fora do lugar, anomia, atípico, patologia, distorção, centro-periferia e outros facilitadores das análises. Um formalismo que formata e vira fórmula, segundo afirma Cerasoli.

As pesquisas poderiam trazer conclusões e interrogações menos evidentes, pois já pressupostas no ponto de partida, e elucidadoras do processo, por vezes longos e entrecortados por injunções políticas, e não somente dos resultados obtidos. Termos em mente o processo de elaboração dos modelos, inseri-los na indagação e na temporalidade de sua formulação significa compartilhá-lo criticamente com seu autor. Todo modelo está inscrito no “tempo da história”, tem história, e pode ser anacrônico o utilizarmos sem levar em consideração o “tempo” de sua formulação.

**O que acha dos trabalhos sobre os profissionais, os urbanistas, as biografias profissionais? Será que no campo da história urbana teríamos passado o foco de uma história das cidades (e de seus habitantes) para uma história do urbanismo (e da forma urbana) e, agora, passaríamos para uma história dos próprios urbanistas? Como evitar o risco de narrar a história só dos “vencedores”, dos grandes nomes?**

Eu poderia dizer que o estudo dos grandes temas – as intervenções em cidades de antiga formação, sedimentadas em várias camadas superpostas, e nas cidades de formação mais recente e a implantação das novas cidades – induz sempre e nos conduz a seus protagonistas, coletivos alguns, anônimos outros, ou ainda precisamente definidos.


Impossível não dar conta desses protagonistas, sujeitos da história a seu tempo. As intervenções, mais recentes, aqui penso a partir do século XVIII até nossos dias, mas poderia se tivesse elementos definir uma retroprojeção instrutiva mas longa, são assinadas ou sempre remetidas a um autor, a autores. Essa remissão por sua vez exige conhecer a formação do autor ou autores, a opção político-filosófica e política partidária, quando forem cidades mais recentes, dos que projetam edificações, equipamentos, reformas pontuais e grandes reformas urbanas. A meu ver é um passo à frente que se soma aos trabalhos anteriores se nos fixarmos na trajetória dos profissionais e só recorrermos a dados pessoais da biografia quando requeridos para o entendimento de certas posições assumidas por ele na vida profissional e pública. Não creio que haja só vencedores nesse campo de disputas entre urbanistas bastante acirrado e fortemente marcado por injunções políticas. Trata-se, certamente, da parcela letrada da população com acesso a saberes especializados e formada por profissionais fincados em territórios abertamente defendidos contra intrusos. Há vencedores e vencidos em todos os quadrantes da sociedade.

Com isso não afirmo o igualitário acesso ao saber especializado por todos os componentes da sociedade. Existem sempre os “errantes”, esses seres obscurecidos no dia a dia, periodicamente colocados sob o foco da administração pública, da polícia, das ONGs quando se trata de “revitalizar” uma área ou de erradicar um problema sanitário-social, como o dos consumidores de drogas. Podem ser apreendidos em insights, brechas entreabertas que nos deixam, mas nosso olhar pode fazer essa análise em contrapelo, mas nunca se desfaz de nossos olhares bem fincados em campos conceituais precisos. Deles, Paola Berenstein Jacques traz um excelente *insight* (*Elogio aos errantes*, EDUFBA, 2012).

**Como poderíamos tentar traçar uma história do pensamento urbanístico a contrapelo? Seria incorporando as práticas e experiências dos “vencidos”? Tanto do campo do urbanismo quanto da própria cidade? Seria incorporando outras fontes menos tradicionais, outras “vozes” menos ouvidas? Seria também buscando articular a história das cidades e do urbanismo, com a história da cultura e das artes?**

Creio ter respondido a essa difícil questão na anterior, ao menos em parte. É um tema complexo e talvez essa recorrente analogia – a “contrapelo” – por vezes oculte essa complexidade. Complemento com duas observações: uma para afirmar que se E. P.Thompson em seus estudos manteve a intenção de resgatar da exclusão e do silêncio sujeitos históricos, não foi esta a intenção presente no artigo “A Revolução do Vencedor”, bem nos subsequentes livros de Edgar De Decca – 1930. *O silêncio dos vencidos* (Brasiliense 1982) e de Carlos Alberto Vesentini – A teia do fato (Edusp 1997). Nesses trabalhos, os autores analisam a elaboração da memória histórica que legitimou as tramas políticas do golpe de 1930 ao comporem interessadamente a memória histórica. A segunda frase: certamente há vozes menos ouvidas a exigirem serem ouvidas, mas a meu ver, não podemos tomar a polaridade vencedor-vencidos como modelos explicativos, sob pena, tal como exposto em questões anteriores, de anteciparmos as conclusões já na proposta ou na hipótese do trabalho.

**Como se articulam seus estudos sobre as cidades e suas próprias experiências de cidade (e suas memórias dessas experiências)? Sentimos em seus textos sobre as cidades, em particular sobre São Paulo, uma relação amorosa, apaixonada pela experiência urbana. Poderia nos falar um pouco mais desta relação entre suas experiências urbanas – se perder por São Paulo na juventude (ver texto no final deste número), por exemplo – com seu trabalho histórico sobre as cidades?**

Mais uma pergunta difícil! Instiga a memória, obriga a remexer no passado quando só desejo falar de/do futuro! Deixei por último exatamente por nem saber seus começos... Que há um envolvimento amoroso com a cidade em que nasci é algo inegável e muito tem a ver com caminhar pelas suas ruas, ainda que em parte bastante limitada dessa enorme metrópole já nos anos 1950. O sentimento de liberdade se dispõe indeciso entre a memória voluntária e a involuntária, entre experiência, vivência e recordação. Palmilhar caminhos os torna conhecidos de forma singular: são detalhes, pequenos pormenores – um pedaço quebrado de calçamento, uma vitrine convidativa, um som inesperado, desvios a explorar e encompridar caminhos, o tomar sempre a direita na calçada, o poente na travessia do viaduto do Chá, a chuva fina nos fins de tarde de inverno – é como puxar um fio sem fim. Isolar-se por decisão própria em meio a multidão dava a adolescente o sentimento de desafio em ambiente, sejamos sinceros, pouco perigoso. Aceitar a companhia dos colegas na trajetória do Mackenzie à praça Patriarca significava o convívio para além das paredes da escola e distorcia o rumo das sensações, criava novas. Os caminhos se alongam e chegam à praça da Sé e à hoje arrasada, praça João Mendes, se esticam até a Mooca-Brás, ganham novos rumos na direção de Vila Mariana, Santo Amaro... O centro, porém, permanece como ícone de teias simbólicas profundamente marcadas pela experiência/vivência. São Paulo, andável ainda hoje nessa área central, se ofereceu durante alguns anos como trajetória sentimental-pedagógica partilhada com os alunos do curso de arquitetura da Unicamp; o trajeto afetivo impossível de ser compartilhado para além do traçado de ruas, de edifícios antigos preservados, alguns com outras funções. Partilhei, entretanto, para além da descoberta dos alunos, o olhar profissional e aguçado de Ana Villanueva. Longos trajetos de dias inteiros, inesquecíveis... tais como os da minha infância, adolescência, juventude e idade adulta... 

<sup>1</sup> Entrevista Maria Sylvania de Carvalho Franco, revista *Trans/Form/Ação* v. 4, reeditada em 2011 e disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/transformacao/article/view/1063>>.